

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS
S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
TDC Distribuidora de Combustíveis S/A
Recife - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da TDC Distribuidora de Combustíveis S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TDC Distribuidora de Combustíveis S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 09, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas. Os resultados dessas relações e transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 001269/F-8

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. J. Costa Fernandes'.

Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE 011.500/O-6

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	939	333	Fornecedores	12	76.342	116.703
Contas a receber	5	101.329	129.411	Empréstimos e financiamentos	13	82.057	29.304
Estoques	6	189.594	208.206	Adiantamento de clientes	14	29.623	1.688
Adiantamentos	7	10.414	8.620	Obrigações trabalhistas		1.495	1.178
Créditos tributários	8	40.883	30.496	Parcelamentos de tributos	16	9.730	-
Partes relacionadas	9	18.153	6.032	Outros impostos e contribuições	16	13.471	7.989
Outros créditos		750	355	Partes relacionadas	9	27.674	-
		<u>362.062</u>	<u>383.453</u>	Demais contas a pagar	15	29.118	6.622
						<u>269.510</u>	<u>163.484</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	12	9.343	9.595
Partes relacionadas	9	10.619	145.136	Empréstimos e financiamentos	13	1.768	2.487
Depósitos judiciais		3.327	18.798	Parcelamentos de tributos	16	66.895	95.804
Outros ativos		3.557	709	Demandas fiscais	16	45.895	98.506
				Demandas trabalhistas e cíveis	16	321	10.516
				Partes relacionadas	9	2.373	-
				Outros passivos		1.411	1.497
						<u>128.006</u>	<u>218.405</u>
Investimentos		37	37				
Imobilizado	10	33.741	8.862	Patrimônio líquido	17		
Intangível	11	17.002	18.486	Capital social		28.000	28.000
		<u>68.283</u>	<u>192.028</u>	Reserva de lucros		4.829	165.592
						<u>32.829</u>	<u>193.592</u>
Total do ativo		<u><u>430.345</u></u>	<u><u>575.481</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>430.345</u></u>	<u><u>575.481</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas e serviços	18	5.497.244	6.603.185
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(5.378.102)	(6.458.085)
(=) Lucro bruto		119.142	145.100
Receitas/despesas operacionais		(94.594)	69.471
Despesas gerais e administrativas	19	(155.367)	(200.441)
Outras receitas/despesas operacionais	19	64.598	271.524
Despesa com depreciação e amortização	19	(3.825)	(1.612)
(=) Lucro antes dos efeitos financeiros		24.548	214.571
Receitas financeiras	19	5.469	9.920
Despesas financeiras	19	(24.083)	(37.315)
(=) Lucro antes das provisões tributárias		5.934	187.176
(-) Imposto de Renda	21	(2.593)	(38.771)
(-) Contribuição Social	21	(958)	(14.352)
(=) Lucro líquido do exercício		2.383	134.053
Número de ações integralizadas		28.000	28.000
Lucro por ação		0,09	4,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	<u>2.383</u>	<u>134.053</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>2.383</u></u>	<u><u>134.053</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Retenção de lucros	Dividendos a distribuir	Lucros líquidos/(prejuízos) (reapresentado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28.000	5.600	44.808	7.306	-	(20.256)	65.458
Lucro antes do pagamento de JCP	-	-	-	-	-	134.053	134.053
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.920)	(5.920)
Proposta de Dividendo	-	-	(44.808)	(7.306)	52.114	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	26.969	(26.969)	-
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	80.908	(80.908)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	28.000	5.600	-	-	159.992	-	193.592
Lucro do exercício antes do pagamento de JCP	-	-	-	-	-	2.383	2.383
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.266)	(3.266)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(159.880)	-	(159.880)
Retenção de lucros	-	-	-	112	(112)	-	-
Compensação de prejuízos em reserva de lucros	-	(771)	-	(112)	-	883	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.000	4.829	-	-	-	-	32.829

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício antes do pagamento de JCP	2.383	134.053
Ajustes		
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.381	2.735
Juros a apropriar	1.165	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.511	-
Depreciação e amortização	3.578	1.893
Baixa de Imobilizados	315	2.417
Lucro ajustado	<u>12.333</u>	<u>141.098</u>
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Aumento líquido no Contas a receber	25.406	2.919
Aumento líquido/(diminuição) nos Estoques	18.612	(56.762)
Diminuição de Adiantamentos	(1.794)	(1.430)
(Diminuição)/aumento líquido dos Créditos tributários	(10.387)	23.336
Diminuição dos outros créditos	(3.243)	-
(Diminuição)/aumento líquido em Fornecedores	(40.613)	54.950
Aumento líquido/(diminuição) em Adiantamento de clientes	27.935	(1.748)
Aumento líquido/(diminuição) em Obrigações com pessoal e encargos sociais	317	(2.028)
Diminuição em Imposto de renda e contribuição social	-	(3.499)
Aumento líquido em Outros impostos e contribuições	5.482	3.281
(Diminuição)/aumento líquido em Parcelamento de débitos tributários	(19.179)	18.351
Diminuição em Demandas Fiscais	(52.611)	(126.561)
Diminuição em Demandas trabalhistas e cíveis	(10.195)	-
Aumento líquido em Demais a pagar	22.410	-
Aumento líquido em outros ativos líquidos	15.471	16.378
	<u>(22.389)</u>	<u>(72.813)</u>
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(10.056)</u>	<u>68.285</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Operações com partes relacionadas	-	(65.133)
Aumento líquido de Investimentos	-	52
Aquisição de imobilizado	(27.288)	(6.762)
Aquisição de intangível	-	(8.795)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(27.288)</u>	<u>(80.638)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	81.000	26.944
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(32.347)	(14.302)
Juros sobre capital próprio	(3.266)	(5.920)
Operações com partes relacionadas	(7.437)	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	<u>37.950</u>	<u>6.722</u>
(=) Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>606</u></u>	<u><u>(5.631)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	333	5.964
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	939	333
(=) Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>606</u></u>	<u><u>(5.631)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A TDC Distribuidora de Combustíveis S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social:

- A exploração comercial da atividade distribuidora de combustíveis e lubrificantes, especificamente a distribuição, comércio atacadista e o transporte de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol carburante anidro e hidratado e outros combustíveis, de lubrificantes, graxas, derivados de petróleo, bem como a sua comercialização, armazenamento, mistura, aditivação, transporte, controle de qualidade, a sua importação e exportação, tudo em conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP);
- O arrendamento, a locação e cessão de espaço em tanques ou a prestação de serviços de armazenagem, ou ainda o uso de imóveis e parques de tancagem e bases de armazenagem de combustíveis, e também as atividades de transporte de cargas em geral, a exploração comercial, importação e exportação de peças para veículos automotores, beneficiamento e retalhamento de óleo mineral antiferruginoso, e dos derivados de petróleo, como óleo, graxa e demais lubrificantes, e o envasilhamento de querosene e etanol.

A Companhia atua preponderantemente nos mercados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil; operando um terminal próprio de granéis líquidos em São Francisco do Conde, na Bahia, e através de terminais de terceiros e em condomínios situados nos estados da Bahia (Jequié e Itabuna), Goiás (Senador Canedo), Maranhão (no porto de Itaqui), Paraíba (Cabedelo), Pernambuco (Suape e Recife), Piauí (Teresina), Distrito Federal (Brasília) Espírito Santo (Vila Velha) Minas Gerais (Betim, Uberaba e Uberlândia) e Porto Nacional (Tocantins).

Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade. A exigência é estar regularizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o qual possui atualizações de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e previdenciárias. A Companhia opera com os seguintes produtos e tributações:

Produto	Tributação
Gasolina e diesel	<p>PIS e COFINS são tributados sob o regime monofásico, com a incidência concentrada pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma não há tributação no restante da cadeia produtiva, independentemente do tipo de operação.</p> <p>Em relação ao ICMS e ICMS-ST, a refinaria assume a condição de sujeito passivo por substituição tributária, até a última cadeia, assegurado o seu recolhimento à unidade federada onde estiver localizado o destinatário.</p>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Produto	Tributação
Etanol hidratado	<p>O PIS e COFINS do etanol hidratado até junho de 2017 tinha a incidência não cumulativa de R\$ 0,00 (zero real) fixo por m (3), pela opção do RECOB - Regime Especial de Apuração e Pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre Combustíveis, ficando o posto revendedor sujeito à alíquota zero.</p> <p>A partir de julho de 2017, o PIS/COFINS, nas operações de venda apresentam a incidência cumulativa de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) fixo por M³ (Metro cúbico) e R\$ 91,10 (Noventa e um reais e dez centavos) fixo por M³ (Metro cúbico) respectivamente.</p> <p>Em relação ao ICMS, mais especificamente ao próprio, há o destaque normal na operação. Já quanto ao ICMS-ST, em regra geral é retido pela Distribuidora em relação aos Postos de Combustíveis até a última cadeia nas operações de saídas, exceto nos Estados da BA e MA, onde o ICMS-ST é totalmente pago pela entrada até a última cadeia, ficando livre de cobrança nas operações internas.</p> <p>O PIS/COFINS está sujeito ao regime de tributação monofásica, com a incidência concentrada pelo produtor (refinaria) ou importador.</p>
Biodiesel (B100)	<p>Quando a incidência do ICMS, há o Diferimento do lançamento nas operações internas ou interestaduais quando destinados à distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída do óleo diesel, resultante da mistura com o B100, promovida pela distribuidora.</p> <p>O imposto diferido é pago de uma só vez, juntamente com o imposto retido por substituição tributária nas operações de saída da refinaria.</p>
Etanol anidro	<p>O PIS e COFINS do etanol anidro para revenda até junho de 2017 tinha a incidência não cumulativa de R\$ 0,00 (zero real) fixo por m (3), pela opção do RECOB - Regime Especial de Apuração e Pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre Combustíveis, ficando o posto revendedor sujeito à alíquota zero.</p> <p>A partir de julho de 2017, o PIS/COFINS do etanol anidro para revenda, é normal com carga tributária igual ao do etanol hidratado. Já na saída do anidro misturado à gasolina têm-se a alíquota zero.</p> <p>Quando a incidência do ICMS, há o Diferimento do lançamento nas operações internas ou interestaduais quando destinados à distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina resultante da mistura com anidro, promovida pela distribuidora.</p> <p>O imposto diferido é pago de uma só vez, juntamente com o imposto retido por substituição tributária nas operações de saída da refinaria.</p>

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa em contas a receber, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Empresa em 14 de fevereiro de 2018.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2018.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;
- Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

A adoção deste IFRS 9, trouxe apenas impactos conceituais e não de contabilizações para a Companhia, logo, não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores.

3.3. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas das despesas com vendas.

3.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e estão apresentados em contas de ativo, exceto quando existirem claras evidências de impossibilidade no resgate destes depósitos. Para tais casos, os depósitos judiciais são reconhecidos como contas redutoras da provisão com contingências passivas.

3.5. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis identificáveis da Companhia, são reconhecidos obedecendo o CPC 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e são amortizados de acordo com sua vida útil. A Companhia também reconhece em seu intangível o contrato de concessão de uso de um lote no Pátio de Integração Intermodal da Ferrovia Norte-Sul (TO), reconhecido pelo seu valor nominal, acrescido de todos os gastos necessários para habilitá-lo para operação conforme o CPC 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), onde são registrados diretamente na despesa financeira do período, uma vez que por se tratarem de empréstimos a curto prazo, as amortizações se dão logo após a aquisição.

3.10. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

3.11. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

No encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como "Reserva de Lucros a Realizar" no patrimônio líquido da Companhia.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

3.14. Apuração do resultado

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

3.15. Principais fontes de julgamento e estimativa

A Administração faz julgamentos na elaboração das estimativas sobre os valores dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de fontes externas. As estimativas e respectivas premissas são baseadas em dados históricos e outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente. Os efeitos decorrentes de revisões as estimativas contábeis são reconhecidas nos períodos correspondentes, caso apenas afete o período corrente ou também em períodos posteriores. As principais fontes de estimativas da Companhia são decorrentes das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, das estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 9 Financial Instruments/ CPC 48 Instrumentos Financeiros:

O IFRS 9 está vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers/ CPC 47 Receita de contrato com clientes:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

A administração avaliou os impactos da adoção das normas acima referidas e apresentou nas práticas contábeis a forma de mensuração e divulgação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.17. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 16 Leases ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários a vista	485	151
Aplicação financeira Banco do Brasil S/A	454	182
	<u>939</u>	<u>333</u>

As aplicações financeiras do Banco do Brasil são de curto prazo, sem vencimento determinado e com rendimento baseado na variação do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	104.005	138.537
(-) Juros a apropriar (a)	(1.165)	(3.119)
(-) PECLD	(1.511)	(6.007)
	<u>101.329</u>	<u>129.411</u>

(a) Refere-se aos juros incidentes sobre renegociação de títulos vencidos. Quando os títulos são renegociados, os juros são contabilizados a crédito nessa conta e débito na conta de clientes e apropriados ao resultado como receita financeira ao longo do prazo da negociação.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	65.534	127.992
Vencidos até 30 dias	35.129	3.644
Vencidos de 31 a 60 dias	2.001	665
Vencidos de 61 a 90 dias	18	409
Vencidos de 91 a 120 dias	12	195
Vencidos de 121 a 180 dias	-	1.161
Vencidos há mais de 180 dias	1.311	4.471
(-) PCLD	(1.511)	(6.007)
	<u>102.494</u>	<u>132.530</u>
(-) Juros a apropriar	(1.165)	(3.119)
Total	<u>101.329</u>	<u>129.411</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

6. Estoques

Os saldos das contas de estoques, em 31 de dezembro de 2018, representavam o valor de produtos próprios adquiridos para revenda, desembaraçados de quaisquer ônus ou restrição para sua livre comercialização. Em 2018, a empresa mudou o critério utilizado em 2017 e começou a registrar seus montantes de adiantamento destinadas as empresas fornecedoras de mercadorias como estoque, conforme composição abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Estoques próprios	142.168	130.829
Outros materiais	33	405
Mercadorias em poder de terceiros	95	-
Compra para entrega futura	10.974	26.744
Adiantamentos a fornecedores de mercadorias (a)	36.324	50.228
	<u>189.594</u>	<u>208.206</u>

(a) Em 2018, a Companhia passou a classificar os saldos de adiantamento a fornecedores de mercadorias e insumos como estoque em suas demonstrações. Sendo assim, a nota de 2017 foi reapresentada para efeitos de comparação. Essa reapresentação está divulgada na nota explicativa nº 22 de reapresentação de saldos comparativos.

7. Adiantamentos

Em dezembro de 2018, o montante em adiantamento era de 10.414, sendo 29% deste saldo para a Ferrovia Norte Sul, empresa que presta serviço de transportadora a companhia. Abaixo estão demonstrados os principais fornecedores.

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Ferrovia Norte Sul S A	3.002	-
IKSO Industria E Comercio	2.365	-
Emerson Process Management Ltda	1.238	-
Zemax Log Soluções Marítimas S A	1.021	-
Cooperativa de colonização agropecuária	-	1.852
Central Energética Morrinhos	-	1.495
Outros adiantamentos (a)	2.788	5.273
	<u>10.414</u>	<u>8.620</u>

(a) Em 2018, a Companhia passou a classificar os saldos de adiantamento a fornecedores de mercadorias e insumos como estoque em suas demonstrações. Sendo assim, a nota de 2017 foi reapresentada para efeitos de comparação. Essa reapresentação está divulgada na nota explicativa nº 22 de reapresentação de saldos comparativos.

8. Créditos tributários

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a compensar (a)	32.375	20.774
Ressarcimentos (b)	8.508	9.722
	<u>40.883</u>	<u>30.496</u>

(a) Corresponde aos créditos decorrentes da aquisição de Etanol Hidratado e seus respectivos

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

fretes, coleta e distribuição. Assim como créditos de PIS e COFINS, referentes à aquisição de insumos;

- (b) Corresponde à diferença entre o ICMS retido pela Petrobrás, na condição de contribuinte substituto, e o ICMS devido nas vendas feitas pela Companhia para clientes estabelecidos em outros Estados que não os da origem das bases que comercializaram o combustível. Esses valores são pagos pela Petrobrás.

9. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Petronac Distribuidora	7.566	4.217	-	-
TT WORK Participações	20.764	-	2.373	-
Capital Adm. e Participação Ltda.	138	16.124	-	-
Atlantimport Comercial S/A	118	23	-	-
TECOMB Terminal De combustíveis	63	19	-	-
Europa Participações	50	38.106	-	-
Sócios pessoas físicas	-	-	27.674	-
Outros	73	92.679	-	-
	<u>28.772</u>	<u>151.168</u>	<u>30.047</u>	<u>-</u>
Circulante	18.153	6.032	27.674	-
Não Circulante	10.619	145.136	2.373	-

A Companhia faz parte de um conjunto de empresas controladas por acionistas comuns, e mantém e manteve com as demais empresas desse conjunto transações de compra e venda de mercadorias e, de modo mais significativo, de apoio financeiro a investimentos estratégicos das empresas ligadas. A TDC Distribuidora S/A, em 2018 manteve relações comerciais com a empresa coligada Atlantimport. Os custos e receitas estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2018
Receita líquida de vendas e serviços	28.358
(-) Custo dos produtos vendidos	(29.848)
(=) Lucro bruto	<u>(1.490)</u>

As operações mercantis obedecem aos preços e condições praticados com terceiros não relacionados e as transações de apoio financeiro a investimentos são suportadas por contratos de mútuo, com condições que resguardam a integridade patrimonial da Companhia.

Além de operações de apoio financeiro, a empresa mantém relações comerciais entre as partes relacionadas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Adiantamento a Fornecedor	Fornecedor	Cliente
Petrochina	-	22.052	-
Atlantimport	2.626	-	-
BCI Importadora S A	720	2.489	-
Europa Participações	50	100	-
Petronac Distribuidora	7.566	-	2
Capital Administração	138	-	-
TT WORK	2.611	2.373	-
Outras	137	4	79
	<u>13.848</u>	<u>27.018</u>	<u>81</u>

Eliminações na Demonstração do fluxo de caixa (DFC):

Foi eliminado de partes relacionadas no Ativo Não Circulante, R\$ 60.986, referente a compensação dos títulos à receber de partes relacionadas e os dividendos à pagar.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

10. Ativo imobilizado

	Edificações	Instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos e comunicação	Obras em andamento	Bombas de combustíveis	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	360	177	28	4.698	299	407	-	-	5.969
Aquisições	-	53	230	4.078	655	1.117	629	-	6.762
Baixas	(360)	-	(15)	(55)	(37)	(1.524)	(426)	-	(2.417)
Depreciação	-	(22)	(16)	(1.288)	(124)	-	(2)	-	(1.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	208	227	7.433	793	-	201	-	8.862
Custo total	-	230	244	12.110	929	-	203	-	13.716
Depreciação acumulada	-	(22)	(17)	(4.677)	(136)	-	(2)	-	(4.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	208	227	7.433	793	-	201	-	8.862
Aquisições	3.667	151	782	-	305	7.726	-	2.306	14.937
Baixas	-	-	-	(315)	-	-	-	-	(315)
Depreciação	(387)	(540)	(70)	(655)	(235)	-	(207)	-	(2.094)
Dação (a)	5.649	5.751	-	-	-	-	951	-	12.351
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.929	5.570	939	6.463	863	7.726	945	2.306	33.741
Custo total	9.316	6.132	1.026	11.795	1.234	7.726	1.154	2.306	40.689
Depreciação acumulada	(387)	(562)	(87)	(5.332)	(371)	-	(209)	-	(6.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.929	5.570	939	6.463	863	7.726	945	2.306	33.741
Taxas anuais de depreciação - %	20	10	10	20	20	-	10	-	-

(a) A TDC Distribuidora de Combustíveis era titular de recebimento de ativos da Capital Administração e Participação Ltda. ("Devedora"). Para quitação da dívida, a Devedora transferiu ativos de sua propriedade a título de Dação em pagamento de tal dívida, na data de 30 de maio de 2018.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

11. Intangível

	31/12/2018	31/12/2017
Software	8.724	8.724
Concessão de Uso (a)	10.100	10.100
Quotas e Participações	725	725
Amortização	(2.547)	(1.063)
	<u>17.002</u>	<u>18.486</u>

(a) Corresponde ao contrato de concessão de uso entre a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., doravante denominada Concedente e a TDC Distribuidora de Combustíveis S/A, doravante denominada Concessionária a quem foi outorgado o direito de uso, mediante condições especiais de área situada no Lote nº 10 do pátio de integração intermodal de Porto Nacional/TO, através contrato assinado em 01 de janeiro de 2017, e publicado no Diário Oficial da União Nº 23, de 03 de fevereiro de 2017.

12. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	38.724	114.281
Fornecedores - Compras (a)	37.618	2.422
Fornecedores longo prazo	9.343	9.595
	<u>85.685</u>	<u>126.298</u>

(a) Corresponde ao saldo de operações de financiamento de compras, pagos a vista pelo banco onde Companhia ganha prazo maior de pagamento ao banco.

Em 2017 houve um aumento no saldo de fornecedores que passou para o montante de R\$ 126.298 concentrando 86% do saldo na BCI - Brasil China Importadora e Distribuidora S/A, Petróleo Brasileiro S/A e Cooperativa Regional Produtora de Açúcar e Alcool. Em dezembro de 2018 a Companhia concentra 30% do saldo de fornecedores que é R\$ 85.684 na empresa Petrochina Internacional, empresa parte relacionada do grupo, onde mantém operações de compra e venda de produtos importados.

	31/12/2018	31/12/2017
Principais fornecedores	73.959	120.499
Outros fornecedores	11.726	5.799
	<u>85.685</u>	<u>126.298</u>

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	10,5% a.a	-	27.994
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	1,8% a.a	24.000	-
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CDI + 1,79%	22.000	-
Banco Safra	Capital de giro	CDI +3,19%	10.163	-
Banco Safra	Capital de giro	CDI +2,75%	10.000	-
Banco ABC	Capital de giro	CDI +2,50%	15.000	-
Banco do Brasil S/A	Finame	2,5 a 5,5% a.a	557	822
Banco Volvo S/A	Finame	3 a 4,0% a.a	671	1.296
Banco do Nordeste	Finame	10,14% a.a	1.434	1.679
			<u>83.825</u>	<u>31.791</u>
Circulante			82.057	29.304
Não circulante			1.768	2.487

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencimentos		
2020	843	895
2021	653	895
Após 2021	<u>272</u>	<u>697</u>
	<u>1.768</u>	<u>2.487</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>31.791</u>
Ingressos	81.000
Encargos	3.381
Amortização de juros	(3.218)
Amortização de principal	(29.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>83.825</u>

14. Adiantamento de clientes

Em dezembro de 2018, o montante em adiantamento era de R\$ 29.623, sendo 89% deste saldo de adiantamento para a 247 Comercio Ltda. Abaixo estão demonstrados os cinco principais clientes que a Companhia detém saldo de adiantamento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
247 Comercio Ltda.	26.500	-
Posto Linda Ltda.	427	-
Petrol Distribuidora De Combust Ltda.	111	-
Petrocom Comercio Ltda Me	105	-
Posto Frazao Eireli	91	-
Outros	<u>2.389</u>	<u>1.688</u>
	<u>29.623</u>	<u>1.688</u>

15. Demais contas a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões	13.507	3.516
Outras Obrigações (a)	<u>15.611</u>	<u>3.106</u>
	<u>29.118</u>	<u>6.622</u>

(a) Corresponde ao saldo de acordo judicial civil com a empresa Companhia de Empreendimentos São Paulo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

16. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Parcelamentos de impostos federais	9.730	-
Impostos sobre vendas e retenções a recolher	<u>13.471</u>	<u>7.989</u>
	23.201	7.989
Não circulante		
Parcelamentos de impostos federais	66.895	95.804
Demandas fiscais (a)	45.895	98.506
Demandas cíveis e trabalhistas	<u>321</u>	<u>10.516</u>
	113.111	204.826
	<u>136.312</u>	<u>212.815</u>

- (a) O saldo contábil de demandas fiscais corresponde a saldos de tributos estaduais e federais, que estão sendo contestados administrativa e judicialmente. A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis, e que para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

As causas judiciais com possibilidade de perdas possíveis, que não foram provisionadas, estão relacionadas a questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Para todos os casos há uma descrição e uma estimativa de seu efeito financeiro de acordo com CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Cível	27.737
Trabalhistas	2.299
Tributárias	<u>180.140</u>
	<u>210.176</u>

Com o advento da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, a Administração da Companhia efetuou a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") dos débitos com valor previsto de consolidação sem redução, conforme a seguir: PGFN Previdenciário (R\$ 59.278); RFB Previdenciário (R\$ 325) e RFB Demais Débito (R\$ 109.365). Os débitos incluídos no PERT atendem os requisitos necessários para adesão ao programa.

O valor consolidado em 29/12/2018 pela RFB para o parcelamento é de R\$ 51.235 mil. No entanto, a Administração entende que existem processos não apresentados na consolidação que serão adicionados posteriormente e que estão reconhecidos no resultado da mesma no valor de R\$ 4.827 mil. Desta maneira, o saldo contábil do PERT ao final de 2018 é de R\$ 56.061 mil para a modalidade RFB Demais Débitos. Em relação as modalidades do PERT PGFN e PERT Previdenciário foram liquidados neste mesmo período. Apresentamos, a seguir, quadros com o detalhamento das adesões ao programa pela Companhia:

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

Modalidade: PERT RFB demais débitos - consolidação em Dezembro 2018 (150 parcelas)		
PERT (150 parcelas)		104.940
	Anistia	Valor devido
Dívida a ser incluída:	26.410	78.531
	Adiantamento (Adesão)	21.873
	Pago em 30 de outubro de 2017	(8.087)
Desembolso Antecipados:	Pago em 14 de novembro de 2017	(9.406)
	Pago em 30 de novembro de 2017	-
	Pago em 29 de dezembro de 2017	(4.379)
Desembolso de Parcelas:	Pagamentos mensais (janeiro à dezembro de 2018)	(4.917)
Parcela básica a partir de Janeiro de 2019 (150 parcelas) + SELIC		<u>(373)</u>

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 28.000 mil. O mesmo é dividido em 28.000 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado. Conforme demonstrado do quadro a seguir:

Acionistas	Participação total no capital social		
	Ações ordinárias	Participação (%)	Valor (R\$)
TT WORK Participações	28.000	100	28.000

17.2. Reservas

A Administração incluiu em 29 de março de 2018 na AGO a proposta de distribuição de dividendos de R\$ 159.880, ou R\$ 5,71 por ação, para o exercício vigente. Conforme memória de cálculo apresentada a seguir:

Dividendos Propostos	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de Lucros	-	80.908
Reserva para Contingência	-	44.808
Reserva Especial Divid. Não Distrib.	-	34.275
Reserva Legal	4.829	5.600
	<u>4.829</u>	<u>165.591</u>

▪ Reserva legal

Definido conforme estatuto social no total de 5% sobre o lucro líquido, após as deduções de prejuízos acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foi constituído qualquer valor para a reserva legal por representar 20% do capital social da Companhia. Em 2018 o saldo reserva legal diminuiu para R\$ 4.829 devido à compensação de prejuízos do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

▪ Reserva de contingência

O montante de R\$ 44.808 mil referentes a contingências na utilização de créditos de PIS e COFINS, foi revertido para a reserva de lucros na AGO de 2018; estas rubricas foram revisadas e incorporadas ao balanço patrimonial como Demandas Fiscais (quando aplicável) durante o exercício de 2018.

▪ Reserva de lucros

Em 2018 as Reservas para Contingências e a Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos no montante de 79.083 foram transferidos para reserva de lucro e distribuídos como dividendos aos acionistas.

18. Receita de vendas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Gasolina	3.248.130	3.981.659
Óleo diesel	1.978.728	2.386.832
Etanol hidratado	430.016	347.469
Etanol anidro	5.546	10.830
Biodiesel	1.667	2.032
Receita Bruta	<u>5.664.086</u>	<u>6.728.822</u>

A seguir apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta de vendas/serviços		
Receita bruta de venda de combustíveis	5.664.086	6.728.822
Serviços de armazenagem	8.457	6.665
	<u>5.672.543</u>	<u>6.735.487</u>
Deduções de vendas		
Tributos sobre receitas	(151.241)	(109.911)
Devolução de vendas	(24.058)	(22.391)
	<u>(175.299)</u>	<u>(132.302)</u>
Receita operacional líquida	<u>5.497.244</u>	<u>6.603.185</u>

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Despesa/custo		
Natureza		
Gastos com pessoal	(18.801)	(24.561)
Depreciação e amortização	(3.578)	(1.612)
Gasto com fretes e armazenagens	(6.888)	(9.747)
Gastos com materiais	(5.379.105)	(6.488.680)
Serviços prestados de terceiros	(17.502)	(19.151)
Impostos, taxas e contribuições	(44.280)	(98.656)
Gastos com arrendamento de bens e imóveis	(43)	(2.575)
Rendimento de aplicação financeira	430	1.982
Descontos e juros obtidos	4.720	6.377
Juros Bancários	(3.499)	(7.182)
Juros s/ parcelamentos e processos tributários	(11.843)	(21.750)
Despesa bancária e outras despesas financeiras	(7.007)	(8.356)
Variação cambial líquida	(1.546)	(8)
Reversão de provisões	55.856	251.141
Provisão para contingências	(40.210)	(9.210)
Outras receitas operacionais	8.914	21.605
Outros	(26.928)	(5.625)
	<u>(5.491.310)</u>	<u>(6.416.008)</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(5.378.102)	(6.458.085)
Gerais e administrativas	(155.367)	(200.440)
Depreciação e amortização	(3.825)	(1.612)
Despesas financeiras	(24.083)	(37.315)
Receitas financeiras	5.469	9.920
Outras receitas/(despesas) operacionais	64.598	271.524
	<u>(5.491.310)</u>	<u>(6.416.008)</u>

20. Instrumentos financeiros

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

20.2. Empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Essas contas são ativos financeiros da Companhia, seus valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

20.3. Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa são de curto prazo e estão atreladas a indexadores menos voláteis (CDI), a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%, e o Imposto de Renda a 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, ambos em atendimento às disposições fiscais em vigor.

As despesas de Contribuição Sociais e Impostos de Renda apropriados no resultado por trimestre foram apurados conforme demonstrado a seguir:

	2018							
	4º TRIM		3º TRIM		2º TRIM		1º TRIM	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Lucro Contábil	(3.064)	(3.064)	14.490	14.490	(12.014)	(12.014)	3.255	3.255
Adições	28.677	28.677	37.441	37.441	10.331	10.331	15.568	15.568
Exclusões	(37.206)	(37.206)	(55.937)	(55.937)	(12.957)	(12.957)	(8.173)	(8.173)
Lucro real/Base positiva C. Social	(11.593)	(11.593)	(4.006)	(4.006)	(14.640)	(14.640)	10.650	10.650
Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão	-	-	-	-	-	-	2.656	958
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	-	-	-	-	-	(64)	-
	-	-	-	-	-	-	2.592	958
	2017							
	4º TRIM		3º TRIM		2º TRIM		1º TRIM	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Lucro Contábil	88.286	88.286	38.401	38.401	32.225	32.225	22.123	22.123
Adições	44.700	44.700	40.563	40.563	12.809	12.809	15.989	15.989
Exclusões	(154.021)	(154.021)	(40.888)	(40.888)	(25.297)	(25.297)	(11.819)	(11.819)
Lucro real/Base positiva C. Social	(21.035)	(21.035)	38.076	38.076	19.737	19.737	26.293	26.293
Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	(27.764)	(10.210)	(4.928)	1.776	(6.567)	(2.366)
Provisão	-	-	212	-	118	-	158	-
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Outras	-	-	(27.552)	(10.210)	(4.810)	(1.776)	(6.409)	(2.366)

22. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2018 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 14 de fevereiro de 2019.